*Artigo

# Foro privilegiado e imunidade parlamentar

Recentemente, o juiz federal Sérgio Moro observou que sua missão à frente da Operação Lava Jato estava por findar, considerando que os indiciados que cabe à primeira instância julgar já haviam praticamente todos sido julgados. O que ele quis dizer é que os demais são pessoas com foro privilegiado e as ações devem ser passadas à instância superior, mais especificamente ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Foro privilegiado é um direito adquirido por algumas autoridades públicas, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, garantindo que possam ter um julgamento especial e particular quando são alvos de processos penais. Formalmente chamado de "Foro por prerrogativa de função", é atribuído aos indivíduosque ocupam cargos de alta responsabilidade pública, como: Presidente da República, Vice-Presidente, o Procurador-Geral da República, os ministros e os membros do Congresso Nacional.

Conforme consta na Constituição Brasileira de 1988, a investigação e o julgamento das infrações penais das autoridades com foro privilegiado passa a ser competência do Supremo. Ordinariamente, esse dispositivo acaba por retardar a tramitação dos processos e aplicação das penas e cumprimento das sentenças condenatórias, quando for o caso. Não faz muito, tivemos exemplo disso com o chamado Mensalão que quase chegou à prescrição. Há também outro dispositivo, este aplicado a parlamentares de todos os níveis, que igualmente protela ações e causa sensação de impunidade; é a chamada imunidade parlamentar, da qual tratarei mais adiante.

Voltando ao foro privilegiado e mais especificamente à Operação Lava Jato por ser episódio momentâneo, não deixa de gerar questionamento. Por que empresários, executivos e diretores de empresas privadas, assim como da estatal envolvida no escândalo, foram investigados, denunciados e julgados tendo as penas arbitradas e daí levados à prisão, enquanto políticos, alguns com grau de participação semelhante, continuam livres e parlamentares envolvidos exercendo normalmente seus mandatos? O foro privilegiado explica.

Imunidade parlamentar – Trata-se de um conjunto de garantias dadas aos parlamentares (senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) para que possam exercer as suas funções sem violações ou abusos, atuando com liberdade e independência no exercício de suas atividades sem o risco de serem processados judicialmente.

Essas garantias são expressas na Constituição Federal que em seu Art. 53 diz: "Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos". É importante notar que originariamente não existia no texto constitucional o termo "quaisquer", introduzido pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001. Deliberadamente a interpretação da imunidade é distorcida e ampliada. Diz-se, com certa razão, que se tornou espécie de salvo-conduto em casos de crime comum. Muitos são exemplos de candidatos que lutam de todas as formas para se eleger e assim conseguir o mandato que lhes resguarda de delitos que não são decorrentes de opiniões, palavras e votos.

Outro empecilho para punição de parlamentar são as formas de imunidades, acessórios introduzidos por óbvios motivos e interesses. Entre essas formas estão: imunidades materiais, que se dividem em absolutas e relativas, e imunidades formais, relacionadas com o foro privilegiado e os processos de prisão de parlamentar.

Quando uma denúncia contra parlamentar chega ao legislativo encontra outra barreira, o pedido de licença para abrir processo. A autorização depende de decisão da Casa Legislativa que, geralmente, nega ou protela, usando para isso o "espírito de corpo", ou corporativismo. Isso tem base no parágrafo 3º. do Art. 53 que expressa: "Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação". (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001).

Pode parecer utópico, mas seria o momento de se aproveitar os bons ventos de moralização e vontade de passar o país a limpo. Não será de todo inútil intentar mudanças. Boa parte dos males vem do foro privilegiado e da imunidade parlamentar – e isso não é cláusula pétrea. Não será fácil mudar porque a decisão final caberá àqueles que desses privilégios se beneficiam, porém a vontade de mudar faz milagre, ainda que demore algum tempo.

**Luiz Carlos Borges da Silveira é empresário, médico e professor. Foi Ministro da Saúde e Deputado Federal.**

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

# *Curtas

## Porta-bandeira da Paralimpíada

O atleta que irá levar a bandeira do Brasil na cerimônia de abertura da Paralimpíada, no dia 7 de setembro, será escolhido pelos 287 atletas que compõem a delegação brasileira, por meio de eleição. Apenas 19 atletas de seis modalidades vão receber os votos, segundo critérios do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). O porta-bandeira deve ter pelo menos uma medalha de ouro em Paralimpíadas e não pode estar escalado para competir no dia seguinte à festa de abertura do evento. Segundo o comitê, na Paralimpíada, a votação será feita por meio do aplicativo de troca de mensagens Whatsapp e o nome escolhido será divulgado no próximo domingo, dia 4 de setembro. Com a entrada de mais dois atletas da esgrima, a delegação do Brasil irá contar com 287 atletas, que vão disputar em 22 modalidades. O objetivo do Brasil é ficar em quinto lugar no quadro geral de medalhas. Os Jogos Paralímpicos 2016 serão transmitidos pela TV Brasil, em parceria com emissoras da rede pública de televisão dos estados.

### Altos e baixos

E a temperatura está novamente caindo em Tangará. Os altos e baixos fazem com que os tangaraenses tiram quase toda a semana as blusas de frio do armário. Ontem, logo após uma calma chuva, a temperatura começou a cair. E para hoje a previsão é de tempo chuvoso, com variação entre 16° e 24°, permanecendo assim até quarta.

### Emergência

Exames laboratoriais apontaram que mais de mil residências em Barão de Melgaço estão recebendo água contaminada com a bactéria intestinal Escherichia coli. Por causa disso foi decretada a situação de emergência naquele município. Segundo a procuradora Ruth Aiardes, a falha está na ETA, que já tem mais de 30 anos e precisa ser substituída.

### Água contaminada

A água que abastece a cidade é captada do Rio Cuiabá. Depois de passar pela estação de tratamento, a água deveria se tornar própria para o consumo, o que não ocorre. "Todo o perímetro urbano, em que as famílias são abastecidas pelo sistema de água potável, incluindo os órgãos públicos, estão consumindo água contaminada".

### Problema

As análises das amostras foram feitas em um trabalho conjunto com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Foi identificada a existência de coliformes fecais na água. Para amenizar a situação, serão distribuídos mais de 700 garrafões de água mineral e de filtros.

# *Bastidores da Política

### Fethab

O Governo de Mato Grosso já repassou, por meio da Secretaria de Fazenda, R$ 135,62 milhões do Fethab para os 141 municípios mato-grossenses, referentes ao período de janeiro a julho. A quantia, que já foi publicizada pelo Governo do Estado neste mês, foi novamente divulgada, desta vez por meio do Diário Oficial.

### Valores

Em 19 meses já foram repassados R$ 367 milhões. Do montante repassado, R$ 18,75 milhões corresponde à parcela do mês de julho e R$ 6,47 são referentes ao pagamento da terceira parcela da diferença apurada no primeiro quadrimestre do exercício de 2016. Os valores estão nas contas dos municípios desde o dia 10 de agosto.

### Dilma

Ao apresentar pessoalmente nesta segunda, por cerca de 45 minutos, sua defesa aos senadores, a presidente afastada Dilma Rousseff , ressaltou que foi ao Senado "olhar diretamente nos olhos" dos que a julgarão. "Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador", disse Dilma, ao se referir a Temer.

### Defesa

"Sei que, em breve, e mais uma vez na vida, serei julgada. E por ter minha consciência absolutamente tranquila em relação ao que eu fiz, venho pessoalmente à presença dos que me julgarão", disse a presidente afastada, durante sua defesa. A petista negou ter cometido crimes dos quais é acusada, segundo ela, "injusta e arbitrariamente".

### Ana Amélia

Após a defesa de Dilma, a primeira a falar a favor do impeachment foi a senadora Ana Amélia. Ela disse que, por mais dolorosa que seja, a função de julgamento irá cumprir sua obrigação e criticou a classificação feita por petistas de que o processo é um golpe. Para ela foram praticados crimes fiscais que têm as digitais de Dilma.

### Descontrole fiscal

Segundo a senadora do Rio Grande do Sul, que já esteve na base aliada do governo, a presidente afastada foi autora do "descontrole fiscal" vivido pelo país. Ela ainda afirmou que todos os direitos de defesa foram assegurados a Dilma pela Justiça e que sua presença no Senado legitima o fato de não se tratar de um golpe.

### Processo

### Gráficos

Em suas respostas, Dilma tem se esforçado para desmontar a tese da acusação de que ela tenha praticado uma forma de "estelionato eleitoral" em 2014, quando teria ocultado a verdadeira situação das contas públicas durante a campanha eleitoral para ganhar votos. Para isso ela apresentou gráficos e outros dados.

## "Fiquei trabalhando e não tive a satisfação de ouvir", diz Temer sobre Dilma

O presidente interino Michel Temer disse que não teve "tempo" e "satisfação" de acompanhar o depoimento da presidente afastada Dilma Rousseff no julgamento final do processo de impeachment no Senado. Temer deu a declaração durante evento no Palácio do Planalto, quando se encontrou com cerca de 60 atletas olímpicos. Perguntado sobre como avaliava o discurso da presidenta afastada, ele disse não ter tido tempo para assistir à defesa da presidenta afastada. "Sabe que eu não tive tempo de ouvir. Confesso que não tive tempo de ouvir [o discurso de Dilma]. Fiquei trabalhando em uns despachos e não tive a satisfação de acompanhar o discurso", disse Temer após o encontro com os atletas. O presidente interino acrescentou que acompanhará essa etapa do julgamento "com tranquilidade absoluta". "Sou obediente às instituições e espero respeitosamente a decisão do Senado Federal".